



“Contra a incúria dos relaxados”: memória e patrimônio nas crônicas de Manuel Bandeira

ANDRÉ LUÍS MOURÃO DE UZÊDA*

*Quem não estiver contente com o presente,
viva, como eu, das saudades do passado.*

Manuel Bandeira

Jornal do Brasil, 15 de fevereiro de 1959.

Muitas são as comemorações neste ano de 2017 em torno dos cem anos da Revolução Russa, que marca o século XX por vislumbrar uma nova possibilidade de composição da sociedade em oposição ao sistema de produção capitalista. Pouco tem-se visto ser veiculada na mídia, contudo, a comemoração de outro evento importante a ser celebrado neste mesmo ano de 2017 a nível nacional: os oitenta anos da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabelecido pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. A princípio, a associação entre esses dois eventos – Revolução Russa e criação do SPHAN – podem não nos suscitar uma relação óbvia e objetiva. Há, no entanto, que se ressaltar as importantes ações que o atual Instituto (e já não mais Serviço) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou em seus 80 anos de existência no campo da preservação da memória, em especial e mais recentemente, de grupos minoritários que veem na sua história salvaguardada, por meio do instrumento do tombamento de bens culturais de caráter material e imaterial, como uma forma de resistência aos avassaladores “avanços” do progresso tecnocrata.

Este trabalho tem por pretensão recapitular e contribuir para a composição do mosaico desses oitenta anos de história, retornando aos anos iniciais que sucedem o ano de sua fundação. Volto-me, mais especificamente, ao ano de 1938, quando se dá a nomeação, pelo então ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, Gustavo Capanema, de Manuel Bandeira para membro do conselho consultivo do SPHAN. “O que um poeta teria que ver com a participação em comissões avaliadoras de processos de tombamentos de bens culturais?” é pergunta que um

* Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Colégio de Aplicação da UFRJ; mestre em Letras (Ciência da Literatura) pela UFRJ, licenciado em Letras Português-Literaturas pela mesma instituição e museólogo de formação pela UNIRIO.



desavisado poderia se fazer. No entanto, entender a atuação política de Bandeira nesse cenário é compreender o complexo contexto em que se envolvem nomes da intelectualidade brasileira do naipe de Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Candido Portinari entre tantos outros que juntos formavam uma constelação de modernistas em torno do então ministro de Educação e Cultura Gustavo Capanema na defesa por uma política e uma educação patrimonial e na construção do Serviço do Patrimônio.

O célebre autor de “Pasárgada” teve seu nome marcado na historiografia literária brasileira pela sua reconhecida produção poética, decisiva para os rumos tomados pela modernidade literária a partir de 1930 com a publicação de *Libertinagem* e, mais adiante, com a maturidade presente na poesia de *Lira dos cinquent’anos* – duas obras poéticas do século XX que marcam o cânone literário brasileiro. A vertente de poeta, entretanto, era apenas uma entre tantas outras atividades desempenhadas pelo escritor em seus 82 anos de vida. Basta-nos citar a sua atuação como cronista, ensaísta, crítico literário, de arte, de música e de cinema nos principais periódicos que veiculavam pelo país, sua nomeação para inspetor e professor do Colégio Pedro II, posteriormente para professor da cadeira de Literatura Hispano-Americana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, bem como sua candidatura a membro da Academia Brasileira de Letras, empossado desde 1940, para além do já citado cargo que ocupou junto ao conselho do SPHAN até o final de sua vida. Destacando-se por sua intelectualidade e erudição, por seus variados interesses no campo das artes e da cultura, não fora à toa o convite a Bandeira para compor o conselho de um órgão que buscava figuras da competência do escritor para sugerir, indicar e julgar solicitações e processos de tombamentos dos bens culturais artísticos e históricos por todo o país. Nesse contexto, em muito pesou seu importante trabalho de divulgação e defesa pelo patrimônio cultural brasileiro nas páginas dos principais periódicos de grande circulação pelas maiores cidades do Brasil.

Assim, esse estudo consiste na leitura e análise da produção de crônicas do autor que versem a respeito da temática do patrimônio e nas quais se percebe a defesa por uma política e uma educação patrimonial, a que chamei de “visão de mundo patrimonial”. Aproprio-me aqui dos conceitos de Chagas (2006; 2009) de “ótica museológica” e “imaginação museal”, entendendo-os como um olhar sensível para os domínios do que é próprio do campo museal para a realidade

circundante. Nesse sentido, Manuel Bandeira empreende em seus escritos uma visão peculiar, pela relação fortemente marcada pela memória afetiva, um dos traços líricos mais distintivos de sua poesia, para os domínios do campo patrimonial, reconhecendo o valor histórico, artístico e afetivo do que precisa ser salvaguardado para a posteridade. Essa visão, poética por excelência, é também política, posto que é por meio dela que se engaja com relação ao mundo. Partimos agora em território espinhoso, nos meandros entre a poética e a política, de um sujeito que tantas vezes declarara-se avesso aos temas da política nacional, e que atuara politicamente de modo bastante singular.

As décadas de 1920 e 1930 marcaram a atuação mais “politizada” de Manuel Bandeira entre a elite intelectual brasileira em consonância com seu amadurecimento poético. É nesse período em que estreita as relações com Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Rodrigo Melo Franco de Andrade (este, inclusive, é quem lhe sugere o nome de um dos seus mais importantes livros, *Libertinagem*, conforme confessara a Mário de Andrade em carta de 15 de março de 1929), bem como passa a manter relações cordiais com o Ministro Gustavo Capanema. A popularidade e reconhecimento como poeta de importante expressividade, somada aos muitos cargos que ocupara em instituições de destaque, são de significativa distinção na sua trajetória enquanto figura pública no cenário intelectual brasileiro.

As principais ações de Bandeira na defesa pela preservação do patrimônio nacional circunscrevem-se no escopo do Conselho Consultivo do SPHAN. Como conselheiro, as atividades desenvolvidas pelo poeta requeriam a apreciação e juízo crítico embasados em seus conhecimentos publicamente notórios sobre arte erudita, história e cultura popular para deliberar sobre o tombamento (ou não) dos bens indicados para o livro do tomo. Para tanto, compunha as comissões nomeadas pela presidência do Serviço, posteriormente Diretoria, e assinara diversas atas das reuniões do conselho, que ocorriam com periodicidade regular. Hoje, essas atas estão publicizadas no site do IPHAN para consulta pública e são importante fonte de pesquisa para a memória da política de salvaguarda do patrimônio brasileiro.

É necessário salientar que a atuação de Bandeira no campo da salvaguarda patrimonial não se restringiu ao trabalho burocrático e institucional desempenhado no âmbito do SPHAN, posto que sua condição de conselheiro requeria em muito de sua intelectualidade para a

divulgação da política empreendida pelo Serviço. Assim, Bandeira também redigiu uma série de textos para as publicações do órgão, como é o caso de sua participação na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Foram boas as receptividades, por exemplo, de seus textos “Manuel da Costa Ataíde, dourador” e “D. Sebastião Leme”, nos segundo e sexto números da revista, respectivamente. Além disso, publicou poemas e crônicas na imprensa nacional, chamando a atenção para a preocupação com a preservação e a salvaguarda de nosso patrimônio. O poema “Minha gente, salvemos Ouro Preto!” ilustra muito bem essa relação que é uma via de mão dupla:

Minha gente, salvemos Ouro Preto!

*As chuvas de verão ameaçaram derruir Ouro Preto.
Ouro Preto, a avozinha, vacila.
Meus amigos, meus inimigos,
Salvemos Ouro Preto.*

*Bem sei que os monumentos veneráveis
Não correm perigo.
Mas Ouro Preto não é só o Palácio dos Governadores,
A Casa dos Contos,
A Casa da Câmara,
Os templos,
Os chafarizes,
Os nobres sobrados da Rua Direita.*

*~
Ouro Preto são também os casebres de taipa de sopapo
Aguentando-se uns aos outros ladeira abaixo,
O casario do Vira-Saia,
Que está vira-não-vira enxurro,
E é a isso que precisamos acudir urgentemente!*

*Meus amigos, meus inimigos,
Salvemos Ouro Preto.
Homens ricos do Brasil
Que dais quinhentos contos por um puro-sangue de corridas,
Está certo,
Mas dai também dinheiro para Ouro Preto.*

*Grã-finas cariocas e paulistas
Que pagais dez contos por um modelo de Christian Dior,
E meio conto por uma permanente no Baldini,
Está tudo muito certo,
Mas mandai também dez contos para consolidar umas quatro casinhas de Ouro Preto.*

(Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto vos acrescentará...)

*Gentes da minha terra!
Em Ouro Preto alvoreceu a nossa vontade de autonomia nos sonhos frustrados dos
[inconfidentes.
Em Ouro Preto alvoreceu a nossa arte nas igrejas e esculturas do Aleijadinho.
Em Ouro Preto alvoreceu a nossa poesia nos versinhos do Desembargador.*

*Minha gente,
Salvemos Ouro Preto.
Meus amigos, meus inimigos,
Salvemos Ouro Preto. (BANDEIRA, 1993:219-220)*

“Minha gente, salvemos Ouro Preto!” foi originalmente publicado em 11 de setembro de 1949, no periódico carioca *Correio da Manhã*, em virtude da campanha de angariação de fundos particulares em benefício do casario da cidade, que vinha sofrendo com a descaracterização artística e histórica do Barroco mineiro, bem como com a falta de condições e recursos materiais que garantissem a infraestrutura dos sobrados, como infiltração de chuva pelos telhados ou mesmo a sustentação de determinados prédios (Cf. SORGINE: 2008). A campanha, à época, foi encabeçada pelo então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com base no decreto-lei 2.809 de 23 de novembro de 1940, que dispõe da aceitação e aplicação de donativos particulares pelo então SPHAN para projetos de salvaguarda e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Em decorrência da insuficiência de recursos federais para a atuação da instituição na preservação de edifícios tombados particulares, cujos proprietários não dispunham de condições financeiras para garantir a sua preservação, o DPHAN passa a contar com o apoio de artistas e intelectuais na imprensa da época para encabeçar a campanha, com o que colabora o poeta.

A preocupação de Bandeira com o patrimônio edificado de Ouro Preto e de outras cidades históricas de Minas Gerais passa sobretudo pela afetividade. Em carta a Mário de Andrade de 05 de abril de 1928, o poeta explicitara seu entusiasmo com a primeira visita ao interior mineiro:

A minha viagem pelas velhas cidades mineiras me deixou maravilhado. Hei de voltar com vagar a Ouro Preto e São João Del Rei, – Deus permita! – para rever e contemplar à vontade toda aquela beleza que tive de ver de carreira, porque o cobre era pouco [...]. Para mim, ninguém encosta no Brasil com o Aleijadinho nem em artes plásticas nem nas outras. É sem a menor dúvida o artista de mais força que tivemos. O arquiteto me entupiu de emoção. (MORAES, 2001:384)



Na mesma carta, citava ainda o soneto “Ouro Preto”, que só viera a publicar em livro anos mais tarde, em *Lira dos Cinquent’anos*, de 1940 (antes o poema havia sido publicado apenas na *Revista Ilustrada* de junho de 1928):

Ouro Preto

*Ouro branco! Ouro preto! Ouro podre! De cada
Ribeirão trepidante e de cada recosto
De Montanha o metal rolou na cascalhada
Para o fausto d’El-Rei, para a glória do imposto.*

*Que resta do esplendor de outrora? Quase nada:
Pedras... templos que são fantasmas ao sol-posto.
Esta agência postal era a Casa de Entrada...
Este escombro foi um solar... Cinza e desgosto!*

*O bandeirante decaiu – é funcionário.
Último sabedor da crônica estupenda,
Chico Diogo escarnece o último visionário.*

*E avulta apenas, quando a noite de mansinho
Vem, na pedra-sabão lavrada como renda,
– Sombra descomunal, a mão do Aleijadinho! (BANDEIRA, 1993:167; grifos nossos)*

O poema é mais um exemplo da força emotiva tamanha que lhe arrebatou a experiência na cidade, sem deixar de fazer menção ao descaso com a preservação de uma de nossas maiores joias do barroco brasileiro: “Que resta do esplendor de outrora? Quase nada: / Pedras... templos que são fantasmas ao sol-posto”. Desse engajamento à preservação de Ouro Preto, resulta o mais importante feito de Bandeira no campo da divulgação e da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Em 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade lhe solicita a escrita de um roteiro de visita para a antiga capital mineira, então Vila Rica, o *Guia de Ouro Preto* (1938). Publicado pelo SPHAN, “o livro tinha o propósito de divulgar os valores da velha urbe, facilitando a visitação turística que, desde então, nela se intensifica” (SANTOS, 2015:11). De acordo com Franco (2013), o texto “não deve ser lido apenas como guia turístico, pois representa um esforço de difusão dos critérios modernistas de preservação adotados pela SPHAN, que encarava a cidade de Ouro Preto como um bem patrimonial imóvel, isto é, como uma cidade-monumento” (FRANCO, 2013:217). Nele, Bandeira encanta o leitor com sua narrativa lírica, convidando-o a fazer uma

viagem pela história da cidade, seus monumentos e prédios históricos, indicando percursos a pé e de automóvel, além de trazer a história de alguns de seus mais famosos personagens, como “as duas grandes sombras de Vila Rica” (BANDEIRA, 2015b:47), Tiradentes e Aleijadinho – a que se refere a “sombra descomunal” mencionada no último verso de seu soneto. A publicação se dá no ano de 1938, quando o conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto veio a ser tombado, como também o foram, na mesma data, as cidades de Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro.

O convite para a escrita do *Guia*, na realidade, fora em virtude da publicação no ano anterior da crônica “De Vila Rica de Albuquerque a Ouro Preto dos estudantes”, que serve de abertura ao volume *Crônicas da província do Brasil*. Nela, Bandeira resgata a história da cidade, seus principais personagens e monumentos, saindo, como de costume habitual, sempre em sua defesa:

Para nós, brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido. Agora andam a retomá-lo, porém infelizmente com que desastrado entendimento! [...] Ouro Preto preservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades com alguma riqueza de patrimônio artístico é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras cidades que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Bahia e Olinda. [...] Olinda é cada vez mais arrabalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la. Quanto à cidade do Salvador, o progresso, que tudo renova, fará com ela o que fez com o velho Rio e o velho Recife. Nem poderia ser de outro modo. (BANDEIRA, 2006:15-16; grifo nosso).

A defesa do Barroco ligada à ideia de originalidade está inserida na concepção de brasilidade construída pelo movimento modernista, cujo projeto estético-ideológico

[...] assumia a sua contradição essencial: na busca do novo, encontrava, através do velho, uma identidade genuinamente brasileira, encontrava uma tradição brasileira – no presente, o passado. À medida que o conjunto arquitetônico barroco era valorizado, a relação dos artistas brasileiros com o modelo europeu ia sendo revista. (FRANCO, 2013:212)

Bandeira não só está em uníssono com essa perspectiva, como em muito também contribuiu para construí-la. Afasta-se das expressões neoclássicas e ecléticas, vendo-lhes o mau gosto do importado europeu, para valorizar o que, na sua concepção e em suas palavras, conserva “alguma coisa de nosso”. A mesma originalidade carregada de brasilidade Manuel Bandeira enxerga no artista Aleijadinho. Na crônica “O Aleijadinho”, também reunida entre as *Crônicas da província do Brasil*, Bandeira a ele se refere como “o gênio”, destacando seu caráter mestiço, “filho de uma africana ou crioula” (BANDEIRA, 2006:53) como também muito valorizou a ideologia e a estética modernista. Ainda sobre Ouro Preto, no *Estado de Minas*, em 20 de julho de 1933, Bandeira enaltecia

a grata notícia: “Decreto n. 22.928, erigindo em Monumento Nacional a cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente.” Esfreguei os olhos, para me certificar de que estava bem acordado, e tornei a ler. [...] Não tinha mais dúvida: a cidade de Antônio Dias e do Aleijadinho fora desde a véspera consagrada como monumento nacional. Era realidade o por que tanto se vinham batendo há tantos anos todos quantos se interessam pela conservação da joia arquitetônica coletiva mais linda entre aquelas que guardam as reminiscências do nosso passado... (BANDEIRA, 2009:58)

Na crônica “Um purista de estilo colonial”, também publicada nas *Crônicas da província do Brasil*, o autor lamenta a derrubada do antigo solar de Megaípe, em Pernambuco, pelo que “mais uma vez todos deploraram a falta de cultura artística e histórica mercê da qual vão desaparecendo as nossas relíquias coloniais mais significativas” (BANDEIRA, 2006:61). O caso refere-se à denúncia anônima de que o proprietário, sr. Siqueira Santos, visando a expandir sua usina de engenho, “teria botado abaixo a velha casa para não entregá-la ao patrimônio público” (BANDEIRA, 2006:61). Em suas reflexões, o cronista critica a ação do usineiro, mas não deixa de ampliá-la a uma cultura generalizada do povo brasileiro, dizendo que “quase todo mundo no Brasil é como o sr. Siqueira Santos. Portanto o que se pode fazer é *falar sempre que possível nessas coisas para formar ambiente*” (BANDEIRA, 2006:62; grifo nosso). Pelo trecho em destaque fica clara a luta por uma conscientização patrimonial, a qual tanto defendera em sua vida. Em “Defesa de Ouro Preto”, de setembro de 1928, lemos ainda:

Olinda, São Salvador e Ouro Preto deveriam constituir pontos de peregrinação obrigatória para todo o brasileiro que tenha o gosto da história social e artística do nosso passado. Pelo fato de haverem sido os núcleos densos da vida colonial em épocas de prosperidade e riqueza, elas fixaram mais do que as outras cidades do país o caráter da vida brasileira nos séculos XVII e XVIII. [...] Essa tradição é que cumpre zelar. Não permitir que os seus templos se arruinem [...]. Sobretudo não consentir nas restaurações depredadoras do velho caráter dos seus monumentos. A isso seria mil vezes de preferir a ruína, que destrói a matéria mas respeita a alma. (BANDEIRA, 2008:317-318; grifo nosso)

Como se percebe pelo trecho em destaque, a crítica de Manuel Bandeira não se restringia somente ao valor ignorado aos monumentos de valor histórico e artístico que lhe pareçam significativos. Mesmo naquelas em que tal valor é reconhecido, Bandeira não deixa de expressar a sua opinião a propósito das interferências realizadas em prol da sua conservação. Outro exemplo é o caso da restauração empreendida na Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, no Rio de Janeiro, uma de suas maiores predileções entre o patrimônio material tombado na cidade:

Tive este ano particular interesse em visitar a ermida porque sabia que a irmandade levava a efeito grandes obras internas de restauração. Entrei o pórtico receoso, embora tivesse lido nos jornais uma entrevista em que um dos membros daquela irmandade assegurava o respeito que presidira aos trabalhos de restauração. O meu receio infelizmente se confirmou. A pequenina nave, despojada dos seus ouros e das suas argamassas patinadas, perdeu o encanto que lhe vinha da idade. Tudo está novo ou renovado. Baixei os olhos e saí depressa para guardar nos olhos a imagem das velhas capelinhas e tribunas, como eu as vi até o ano passado. (BANDEIRA, 2006:81-82)

Mas não só de críticas negativas se valia o poeta. Anos mais tarde, Bandeira retornara à Igrejinha e, retomando o assunto em nova crônica, publicada n'A Manhã em 25 de agosto de 1942, caprichava em elogios sobre a atuação do SPHAN:

No meu livro Crônicas da província do Brasil assinalei com tristeza umas reformas imprudentes que nele [no santuário] se fizeram. [...] Este ano, por ocasião da festa, subi o morrozinho da Glória para visitar o templo e tive a satisfação de verificar que a nova irmandade, onde há homens de fino gosto, restituiu, sob a sábia orientação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a bela nave octogonal à sua feição antiga, removendo a horrenda pintura que escondia os granitos. A igrejinha está uma maravilha agora: domingo passado até a Santa Senhora, no seu trono, parecia contente daquele carinhoso trabalho de restauração. (BANDEIRA, 2009:314)

Com essa breve exposição, intuí apresentar um pouco do trabalho de pesquisa que empreendo com a leitura de crônicas de Bandeira e a temática da preservação do patrimônio. A produção cronística de Manuel Bandeira é vasta, eclética e muito rica. Caracterizada por tamanha variedade de assuntos, apresenta-se claramente dentro das características salientadas por Antonio Candido como gênero marcadamente brasileiro. Traz “ao rés do chão” o dado cotidiano e diário para a pauta do dia na imprensa, e configura-se pela sua efemeridade “que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha” (CANDIDO, 2004:27). Trazer a leitura de crônicas – efêmeras por natureza – sobre a importância da salvaguarda do patrimônio – pensados para a perpetuação na eternidade – leva-me à reflexão de como a História está inscrita na poesia do cotidiano. Efemeridade e eternidade encontram-se dispostas lado a lado nessa produção fascinante que o poeta nos legou, ela própria, como patrimônio histórico e literário da cultura brasileira. Dar continuidade a essa pesquisa é, de certa forma, contribuir “contra a incúria dos relaxados”, como nos falou em uma de suas crônicas, para que essa memória não se perca.

Referências

- BANDEIRA, Manuel. *Andorinha, andorinha*. 4 ed. Org. Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Global, 2015a.
- _____. *Crônicas da província do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- _____. *Crônicas inéditas 1*. Org. Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- _____. *Crônicas inéditas 2*. Org. Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. *Estrela da vida inteira*. 25 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- _____. *Flauta de papel*. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 2014.
- _____. *Guia de Ouro Preto*. 8 ed. São Paulo: Global Editora, 2015b.
- _____. *Itinerário de Pasárgada*. 7 ed. São Paulo: Global Editora, 2012.
- _____. *Manuel Bandeira* (Coleção melhores crônicas). Seleção e prefácio de Eduardo Coelho. São Paulo: Global Editora, 2003.
- _____. *Seleção de prosa*. Org. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés do chão”. In: *Recortes*. Rio de Janeiro, 2004.
- CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBRAM; Garamond, 2009.
- _____. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.
- FRANCO, Marcia Arruda. “Ouro Preto dos poetas modernistas”. In: *Arremate de Males*. Campinas, v. 33, n. 1-2, pp. 211-224, jan./dez. 2013.
- IPHAN. Atas do conselho consultivo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- MORAES, Marcos Antônio de (Org.). *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 2001.
- SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. “Ouro Preto nos passos do poeta”. In: BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. São Paulo: Global Editora, 2015.
- SORGINE, Juliana (Org.). *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto (1949-1950)*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

